



DA PESQUISA À AÇÃO: a experiência do coletivo Museus como Espaços que Educam na construção de políticas culturais

Lucas Mateus da Silva Nogueira¹, Conceição de Maria Belfort Carvalho², Claudiane Diniz da Silva^{1,2}

¹Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PPGCULT - UFMA, São Luís, Brasil (lucas.mateus@discente.ufma.br)

²Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PPGCULT - UFMA, São Luís, Brasil

Resumo: Este relato de experiência apresenta a criação do coletivo Museus como Espaços que Educam, originado de uma pesquisa de mestrado, com o objetivo de promover a educação patrimonial no ambiente escolar. Fundamenta-se em Paulo Freire, Hugues de Varine e Néstor García Canclini. Utilizou pesquisa de campo exploratória. Conclui que a iniciativa demonstra como a pesquisa acadêmica pode ultrapassar os muros da universidade e gerar impactos concretos para a comunidade de São Luís (MA).

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Políticas Culturais; Museus; Extensão Universitária.

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural constitui um importante instrumento de construção das identidades, da memória coletiva e do fortalecimento da cidadania. Nas últimas décadas, os debates sobre educação patrimonial têm evidenciado a necessidade de aproximar os espaços de memória da sociedade, compreendendo museus, arquivos, bibliotecas e centros culturais como ambientes educativos capazes de promover processos de aprendizagem para além da educação formal. Nessa perspectiva, Varine (2013) defende que o patrimônio somente adquire sentido quando apropriado pelas comunidades, tornando-se um recurso para o desenvolvimento local e para a participação social. Assim, a produção acadêmica assume um papel estratégico ao articular pesquisa, extensão e transformação social, possibilitando que o conhecimento científico extrapole os limites da universidade e dialogue diretamente com os territórios.

Nesse contexto, São Luís, capital do Maranhão, apresenta-se como um amplo campo para pesquisas voltadas ao patrimônio cultural. Reconhecida pela UNESCO, em 6 de dezembro de 1997, como Patrimônio Mundial da Humanidade, a cidade abriga o maior conjunto arquitetônico colonial de influência portuguesa preservado na América Latina, reunindo museus, centros culturais, arquivos, igrejas e manifestações culturais que constituem um rico

patrimônio material e imaterial. Conforme destaca Canclini (2015), o patrimônio cultural deve ser compreendido como uma construção social, permanentemente ressignificada pelas relações estabelecidas entre os sujeitos e seus territórios. Nesse cenário, São Luís configura-se como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de pesquisas, projetos de extensão, ações educativas, produções artísticas e iniciativas voltadas à valorização da memória e das políticas culturais.

Foi nesse contexto que se desenvolveu uma pesquisa de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (PPGCult/UFMA), cujo objetivo consistiu em analisar as ações educativas desenvolvidas pelos museus localizados no Centro Histórico de São Luís em diálogo com a comunidade escolar. A investigação buscou compreender de que maneira essas instituições estabelecem relações com as escolas, identificando tanto as ações promovidas pelos museus voltadas ao ambiente escolar quanto as iniciativas desenvolvidas pelas próprias escolas nos espaços museológicos. Para Paulo Freire (1996, p. 25), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção", princípio que fundamenta a compreensão dos museus como espaços educativos capazes de potencializar práticas pedagógicas interdisciplinares, fortalecer o sentimento de pertencimento e ampliar a formação cultural dos estudantes. O presente trabalho foi



realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Como desdobramento da pesquisa, surgiu o coletivo Museus como Espaços que Educam, iniciativa criada com o propósito de ampliar o alcance social dos resultados produzidos na universidade. Sua constituição foi viabilizada por meio do Edital da Lei Complementar nº 195/2022 — Lei Paulo Gustavo, política pública federal destinada ao fomento emergencial da cultura no Brasil após os impactos da pandemia da COVID-19. A aprovação do projeto possibilitou a produção do webdocumentário *Museus como Espaços que Educam*, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rnt3Ak5PSwg>, além da realização de ações de educação patrimonial, formação de professores, visitas mediadas, seminários, produção audiovisual e desenvolvimento de projetos culturais. Conforme discutem Lia Calabre (2009), Antonio Albino Canelas Rubim (2019) e Néstor García Canclini (2015), as políticas culturais constituem instrumentos fundamentais para democratizar o acesso à cultura, fortalecer a participação social e preservar as memórias coletivas, princípios que orientam a atuação do coletivo desde sua criação.

Dessa maneira, este artigo tem como objetivo apresentar a trajetória do coletivo Museus como Espaços que Educam como resultado de uma pesquisa acadêmica comprometida com a transformação social, evidenciando as principais ações desenvolvidas entre universidade e comunidade, dentre elas eventos científicos, rodas de conversa, oficinas, palestras, visitas mediadas, produções audiovisuais, publicações e projetos culturais. Ao relatar essa experiência, busca-se demonstrar como a pesquisa científica pode extrapolar os espaços universitários, consolidando práticas de educação patrimonial e contribuindo para a construção e o fortalecimento de políticas culturais no estado do Maranhão.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, desenvolvido a partir de uma pesquisa de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (PPGCult/UFMA). De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, permitindo seu aprofundamento e a construção de novas interpretações sobre a realidade estudada. Nessa perspectiva, foram utilizados procedimentos de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo exploratória, com observação participante, visitas técnicas aos museus do Centro Histórico de São Luís e entrevistas semiestruturadas com profissionais

das instituições museológicas e da comunidade escolar.

Como desdobramento da pesquisa, foi criado o coletivo Museus como Espaços que Educam, cuja trajetória constitui o objeto deste relato. Para a sistematização e interpretação das informações produzidas ao longo da investigação, adotou-se a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), compreendida como um conjunto de técnicas que possibilita a organização, categorização e interpretação dos dados de forma sistemática e objetiva. Assim, foram analisados os registros das ações desenvolvidas pelo coletivo entre os anos de 2023 e 2026, incluindo oficinas, visitas mediadas, eventos científicos, produção audiovisual, atividades formativas e projetos culturais, buscando compreender as contribuições da pesquisa acadêmica para a promoção da educação patrimonial e para o fortalecimento das políticas culturais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A criação do coletivo Museus como Espaços que Educam constitui um dos principais resultados decorrentes da pesquisa acadêmica desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (PPGCult/UFMA). Inicialmente, a investigação buscava compreender as relações estabelecidas entre os museus do Centro Histórico de São Luís e a comunidade escolar, analisando de que maneira esses espaços desenvolviam práticas educativas e como poderiam contribuir para a formação cultural dos estudantes. Entretanto, durante o percurso investigativo, percebeu-se que os resultados produzidos pela pesquisa possuíam potencial para ultrapassar os limites da universidade, tornando-se uma ferramenta de diálogo direto com a sociedade.

Essa experiência evidencia uma das funções sociais da pesquisa acadêmica: produzir conhecimentos que não permaneçam restritos aos espaços universitários, mas que sejam compartilhados e apropriados pelos diferentes sujeitos que compõem os territórios. Nesse sentido, Santos (2010, p. 57) destaca a necessidade de uma universidade comprometida com a produção de conhecimentos plurais, capaz de reconhecer outros saberes e estabelecer relações mais horizontais com a sociedade. Para o autor, a construção do conhecimento precisa considerar diferentes formas de saber e romper com modelos tradicionais que historicamente afastaram a universidade das experiências comunitárias. Essa perspectiva aproxima-se da proposta do coletivo, que nasce justamente da compreensão de que os conhecimentos sobre patrimônio cultural não são produzidos apenas nos ambientes acadêmicos ou institucionais, mas também nas experiências cotidianas das comunidades, nos

territórios e nas memórias compartilhadas pelos sujeitos.

A partir desse processo, o coletivo foi estruturado como uma iniciativa de pesquisa, extensão e ação cultural, buscando promover aproximações entre museus, escolas, universidades e comunidades. A proposta central consistiu em transformar os resultados da pesquisa em práticas educativas permanentes, utilizando diferentes linguagens e metodologias, como produção audiovisual, oficinas, rodas de conversa, visitas mediadas, formação de professores e realização de eventos científicos. Dessa forma, o coletivo não surge como uma ação isolada, mas como continuidade de um processo investigativo que encontrou na extensão e na participação social caminhos para ampliar seus impactos.

A compreensão dos museus como espaços de diálogo aproxima-se da perspectiva de Stuart Hall (2006, p. 21), ao afirmar que as identidades culturais “não são nunca unificadas e, na modernidade tardia, tornam-se cada vez mais fragmentadas e construídas historicamente”. Sob essa perspectiva, os museus deixam de ser apenas lugares destinados à preservação de objetos e passam a constituir espaços de produção de sentidos, negociação de memórias e construção de pertencimentos. Assim, compreender o museu enquanto espaço educativo significa reconhecer que suas narrativas influenciam diretamente a forma como diferentes grupos sociais compreendem sua história, suas identidades e seus lugares dentro da sociedade.

O primeiro grande resultado materializado pelo coletivo ocorreu por meio da aprovação do projeto no Edital da Lei Complementar nº 195/2022 — Lei Paulo Gustavo, política cultural criada para fortalecer o setor cultural brasileiro após os impactos provocados pela pandemia da COVID-19. A aprovação possibilitou a realização do webdocumentário *Museus como Espaços que Educam*, uma produção audiovisual construída a partir das reflexões desenvolvidas durante a pesquisa e das experiências vivenciadas junto aos espaços museológicos de São Luís.

O documentário buscou apresentar os museus não apenas como locais de preservação de objetos e memórias, mas como espaços vivos, capazes de produzir conhecimento, estimular diálogos e fortalecer processos educativos. A produção audiovisual tornou-se uma ferramenta importante para ampliar o alcance da pesquisa, permitindo que os resultados desenvolvidos dentro da universidade chegassem a professores, estudantes, agentes culturais e diferentes públicos interessados nas discussões sobre patrimônio cultural.

Essa compreensão também é reforçada por Silva (2024, p. 34), ao afirmar que os museus contemporâneos devem ser entendidos como “espaços de diálogo entre cultura, gestão e tecnologias”, ampliando suas funções para além da preservação dos acervos e assumindo um papel ativo nos processos

educativos e na democratização do acesso à cultura. Essa perspectiva dialoga diretamente com as ações desenvolvidas pelo coletivo, que busca utilizar diferentes linguagens como o audiovisual, as oficinas e as visitas mediadas para aproximar os museus dos diferentes públicos, principalmente daqueles que historicamente tiveram pouco contato com esses espaços.

Essa discussão também encontra aproximação nas reflexões de Chagas (2011, p. 15), ao defender que os museus devem ser compreendidos como espaços de relação, conflito e participação social, e não apenas como instituições voltadas à guarda de coleções. Para o autor, a dimensão educativa dos museus está diretamente relacionada à capacidade dessas instituições estabelecerem diálogos com os sujeitos e com os territórios onde estão inseridas. Dessa maneira, o coletivo compreende os museus como espaços de encontro, nos quais diferentes memórias podem ser compartilhadas e novas interpretações sobre o patrimônio podem ser construídas.

Figura 1. Lançamento do webdocumentário *Museus como Espaços que Educam*, reunindo equipe técnica, pesquisadores, instituições parceiras e comunidade participante.



Fonte: autoria do próprio autor. (2024)

A realização do documentário impulsionou novas ações e ampliou a atuação do coletivo. Ao longo dos anos seguintes, foram desenvolvidas atividades como oficinas de educação patrimonial, palestras, rodas de conversa, cursos de formação, visitas mediadas, participação em eventos acadêmicos, produção de conteúdos digitais e articulações com instituições culturais e educacionais. Essas ações contribuíram para consolidar uma rede de colaboração entre universidade, escolas, museus, arquivos, bibliotecas e comunidades, demonstrando que a pesquisa acadêmica pode gerar impactos sociais quando articulada às demandas dos territórios.

Ao longo da pesquisa e das ações desenvolvidas, foi possível perceber que muitos estudantes tiveram seu primeiro contato com os museus apenas por meio das atividades realizadas pelo coletivo e pelas escolas



parceiras. Em diferentes momentos, professores também relataram dificuldades relacionadas à ausência de materiais educativos, à pouca articulação entre instituições museológicas e escolas e à necessidade de metodologias que aproximassem os conteúdos curriculares das experiências culturais dos estudantes. Foi justamente dessa percepção que nasceu o coletivo Museus como Espaços que Educam: da necessidade de transformar uma investigação acadêmica em uma ação contínua, capaz de fortalecer vínculos entre universidade, museus, escolas e comunidades, ampliando o acesso ao patrimônio cultural e promovendo uma educação comprometida com os diferentes sujeitos que produzem a história da cidade.

De acordo com Varine (2013), o patrimônio cultural deve ser compreendido como um instrumento de desenvolvimento coletivo, pois sua principal função está relacionada à capacidade das comunidades reconhecerem suas próprias referências culturais e utilizá-las como elementos de fortalecimento social. Essa compreensão orienta as ações do coletivo, que busca romper com uma visão limitada do patrimônio como algo distante da população, aproximando-o das experiências, memórias e histórias dos sujeitos que constroem diariamente os territórios culturais.

Nesse sentido, um dos princípios que orientam o coletivo consiste em problematizar as narrativas presentes nos museus de São Luís. Embora a cidade tenha sido um dos principais portos escravistas do Brasil e possua sua formação econômica, social e arquitetônica profundamente vinculada ao trabalho da população negra escravizada, essa presença ainda aparece de forma reduzida em muitos espaços de memória. Em diversos casos, os sujeitos negros permanecem representados principalmente como força de trabalho ou personagens secundários das narrativas históricas, quando, na realidade, foram protagonistas da construção material, cultural e simbólica da cidade.

Essa reflexão aproxima-se das contribuições de Stuart Hall (2003, p. 33), ao observar que toda representação cultural envolve disputas sobre quem possui legitimidade para contar determinadas histórias. Nos museus, essas disputas tornam-se evidentes quando determinados grupos sociais ocupam posição central nas narrativas institucionais enquanto outros permanecem invisibilizados. Assim, pensar o patrimônio cultural a partir de uma perspectiva crítica significa questionar quais memórias são preservadas, quais histórias são narradas e quais sujeitos ainda permanecem ausentes desses espaços.

Essa discussão também dialoga com Quijano (2005), ao abordar o conceito de colonialidade do poder, compreendendo que muitos conhecimentos e narrativas foram historicamente organizados a partir de perspectivas eurocentradas que marginalizaram outros modos de compreender o mundo. No campo

dos museus e do patrimônio, essa reflexão é fundamental para perceber que as instituições culturais não são neutras, pois também participam das disputas de memória e representação presentes na sociedade.

Dessa forma, as ações desenvolvidas pelo coletivo buscam promover leituras mais plurais do patrimônio cultural, valorizando memórias afro-brasileiras, saberes tradicionais e histórias frequentemente silenciadas pelos discursos oficiais. Ao reconhecer essas ausências, o coletivo não pretende negar a importância dos museus existentes, mas contribuir para ampliar suas possibilidades narrativas, tornando-os espaços mais democráticos, inclusivos e conectados aos diferentes grupos que formam a sociedade maranhense.

No campo das políticas culturais, a trajetória do coletivo também demonstra a importância dos mecanismos públicos de incentivo para a continuidade de iniciativas culturais e educativas. Desde sua criação, o grupo foi contemplado em dois editais destinados à produção audiovisual, sendo um projeto já concluído e outro atualmente em fase de desenvolvimento e finalização. Além disso, participou da organização de evento científico em parceria com o projeto de extensão UNA-SE, promovendo debates sobre patrimônio cultural, educação, sustentabilidade e participação social.

Embora nem todas as iniciativas tenham resultado em premiações finais, os processos de seleção representam importantes formas de reconhecimento da relevância do trabalho desenvolvido. O coletivo foi finalista do Prêmio LED – Luz na Educação, promovido pela Rede Globo e Fundação Roberto Marinho, e alcançou a 13ª colocação no Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (2026), promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Esses resultados demonstram que projetos originados no ambiente acadêmico podem alcançar espaços de reconhecimento nacional, fortalecendo novas possibilidades de atuação no campo das políticas culturais.

Outro momento significativo dessa trajetória foi o reconhecimento do coletivo como Ponto de Cultura, por meio da Política Nacional Cultura Viva, vinculada ao Ministério da Cultura. Essa certificação representa a consolidação de uma iniciativa que nasceu de uma pesquisa acadêmica e passou a atuar diretamente junto às comunidades, promovendo formação cultural, valorização da memória e democratização do acesso aos bens culturais.

Segundo Lia Calabre (2009, p. 35), as políticas culturais devem ser compreendidas para além do financiamento de atividades artísticas, constituindo instrumentos de participação social e construção democrática. Nesse sentido, a trajetória do coletivo demonstra como políticas públicas culturais podem possibilitar que iniciativas comunitárias e acadêmicas



se fortaleçam, ampliando sua capacidade de atuação e criando novas formas de relação entre cultura, educação e sociedade.

CONCLUSÃO

O presente trabalho evidenciou que a criação do coletivo Museus como Espaços que Educam possibilitou transformar os resultados de uma pesquisa acadêmica em ações concretas de educação patrimonial, aproximando universidade, museus, escolas e comunidades. As experiências desenvolvidas demonstraram que os espaços museológicos podem atuar como ambientes educativos, ampliando o acesso ao patrimônio cultural e fortalecendo processos de formação, memória e pertencimento.

Conclui-se que iniciativas originadas no campo acadêmico possuem potencial para contribuir com a sociedade quando articuladas às demandas dos territórios e às políticas culturais. A trajetória do coletivo demonstra a importância de ações colaborativas voltadas à valorização das memórias plurais, especialmente das narrativas historicamente invisibilizadas, reafirmando o papel da pesquisa, da extensão e da cultura como instrumentos de transformação social.

REFERÊNCIAS

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CHAGAS, Mário. Museus, memórias e movimentos sociais. In: CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês (org.). *Museologia social*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUSEUS COMO ESPAÇOS QUE EDUCAM.

Webdocumentário Museus como Espaços que Educam. São Luís: Coletivo Museus como Espaços que Educam, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rnt3Ak5PSwg>. Acesso em: 08 jul. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Claudiane Diniz da. *Museu, gestão e tecnologia: um olhar sobre as práticas museais contemporâneas*. 2024. 109 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2013.